

Simulado Exclusivo para Assinantes

Simulado SEFAZ - BA

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concursos de fiscais;
- 2 – A prova contém **115 itens** que abordam conhecimentos cobrados no último edital do concurso de de fiscais;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO na área do aluno APENAS para os alunos assinantes. Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.**
- 8 – **A Correção do Simulado é EXCLUSIVA** aos alunos assinantes que adquiriram uma das nossas Assinaturas Ilimitadas* e será transmitida na área do aluno.
- 9 – Apenas os assinantes terão acesso ao Gabarito do Simulado e ao Ranking Classificatório que serão divulgados na área do aluno após a correção da prova.

01 – (A B C D E)
02 – (A B C D E)
03 – (A B C D E)
04 – (A B C D E)
05 – (A B C D E)
06 – (A B C D E)
07 – (A B C D E)
08 – (A B C D E)
09 – (A B C D E)
10 – (A B C D E)
11 – (A B C D E)
12 – (A B C D E)
13 – (A B C D E)
14 – (A B C D E)
15 – (A B C D E)
16 – (A B C D E)
17 – (A B C D E)
18 – (A B C D E)
19 – (A B C D E)
20 – (A B C D E)
21 – (A B C D E)
22 – (A B C D E)
23 – (A B C D E)
24 – (A B C D E)
25 – (A B C D E)
26 – (A B C D E)
27 – (A B C D E)
28 – (A B C D E)
29 – (A B C D E)

30 – (A B C D E)
31 – (A B C D E)
32 – (A B C D E)
33 – (A B C D E)
34 – (A B C D E)
35 – (A B C D E)
36 – (A B C D E)
37 – (A B C D E)
38 – (A B C D E)
39 – (A B C D E)
40 – (A B C D E)
41 – (A B C D E)
42 – (A B C D E)
43 – (A B C D E)
44 – (A B C D E)
45 – (A B C D E)
46 – (A B C D E)
47 – (A B C D E)
48 – (A B C D E)
49 – (A B C D E)
50 – (A B C D E)
51 – (A B C D E)
52 – (A B C D E)
53 – (A B C D E)
54 – (A B C D E)
55 – (A B C D E)
56 – (A B C D E)
57 – (A B C D E)
58 – (A B C D E)

59 – (A B C D E)
60 – (A B C D E)
61 – (A B C D E)
62 – (A B C D E)
63 – (A B C D E)
64 – (A B C D E)
65 – (A B C D E)
66 – (A B C D E)
67 – (A B C D E)
68 – (A B C D E)
69 – (A B C D E)
70 – (A B C D E)
71 – (A B C D E)
72 – (A B C D E)
73 – (A B C D E)
74 – (A B C D E)
75 – (A B C D E)
76 – (A B C D E)
77 – (A B C D E)
78 – (A B C D E)
79 – (A B C D E)
80 – (A B C D E)
81 – (A B C D E)
82 – (A B C D E)
83 – (A B C D E)
84 – (A B C D E)
85 – (A B C D E)
86 – (A B C D E)
87 – (A B C D E)

88 – (A B C D E)
89 – (A B C D E)
90 – (A B C D E)
91 – (A B C D E)
92 – (A B C D E)
93 – (A B C D E)
94 – (A B C D E)
95 – (A B C D E)
96 – (A B C D E)
97 – (A B C D E)
98 – (A B C D E)
99 – (A B C D E)
100 – (A B C D E)
101 – (A B C D E)
102 – (A B C D E)
103 – (A B C D E)
104 – (A B C D E)
105 – (A B C D E)
106 – (A B C D E)
107 – (A B C D E)
108 – (A B C D E)
109 – (A B C D E)
110 – (A B C D E)
111 – (A B C D E)
112 – (A B C D E)
113 – (A B C D E)
114 – (A B C D E)
115 – (A B C D E)

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS****Jordan Peterson: A liberdade de expressão é perigosa; a alternativa é pior**

Até setembro de 2016, o canadense Jordan Peterson era um pacato professor de psicologia clínica na Universidade de Toronto, que mantinha um canal no YouTube popular entre os alunos e tinha escrito um livro pouco conhecido sobre a relação entre psicologia, política e religião. A aprovação da Lei C-16, no Canadá, que tornou crime a discriminação contra transexuais, travestis e “pessoas não binárias” (as que não se identificam nem como homem, nem como mulher), acabou com a calma e fez de Peterson uma espécie de popstar. Enfurecido com o fato de poder ser processado se deixasse de usar os chamados pronomes neutros – “ze” em vez de “he” ou “she”, equivalente ao “elx”, popularizado na internet, para ele ou ela em português —, Peterson pôs a boca no trombone contra o que via como excessos da lei. Um debate sobre o tema na TV inglesa com sua participação foi visto mais de 13 milhões de vezes no YouTube. Alçado a porta-voz do politicamente incorreto, viu seu segundo livro, 12 Regras Para a Vida: Um Antídoto Para o Caos (Editora Alta Books) em oito meses virar bestseller, com mais de 2 milhões de cópias vendidas no mundo (e quase 75.000 exemplares no Brasil). De Oslo, escala da turnê de divulgação do livro, Peterson falou a VEJA por telefone.

O senhor ganhou projeção internacional ao se opor à lei que regulamenta o uso de pronomes neutros para transgêneros. Qual é o problema com a lei? “A maioria dos que a apoiam afirmam que, na construção da identidade humana, o sexo biológico, a expressão do gênero e as preferências sexuais de uma pessoa podem variar de modo completamente independente, pois são meras construções sociais. Isso não é verdade. Estes fatores não apenas não variam de forma independente, como estão intimamente relacionados. É claro que, em algum grau, são construções sociais, mas menos do que os ativistas alardeiam. Não gostei de ver aprovada uma lei baseada em uma premissa tecnicamente falsa só para cumprir uma agenda ideológica, sem reflexão a respeito e sem consideração pelas consequências – a começar pela restrição da liberdade de expressão.”

A lei não é uma forma de garantir os direitos dos transgêneros? “Garantir estes direitos não tem nada a ver com a forma como são chamados. Esta é uma escolha voluntária. Eu não tenho nada contra usar com meus alunos o pronome que eles preferirem. Mas o governo decidir como a pessoa vai se expressar só para agradar uma parcela da sociedade é errado. Não se pode colocar limites na forma de expressão. Recebo muitas cartas de pessoas transexuais que apoiam meu trabalho, se incomodam com o papel de símbolo de uma campanha da esquerda ultrarradical pela dissolução das identidades clássicas e querem mesmo é tocar sua vida privada da melhor forma possível.”

Não seria saudável e até justo proteger a população LGBT de discursos nocivos? “De jeito nenhum. É precisamente o oposto. A conduta correta para lidar com a vulnerabilidade é identificar a razão, criar uma hierarquia de medos e aprender a confrontá-los e dominá-los. Proteger é uma abordagem errada. A história da psicologia clínica nos últimos 150 anos comprova que a exposição voluntária da pessoa ao que a ameaça ou incomoda é o caminho certo para ganhar coragem e superar problemas. A ideia de que proteger as pessoas é agasalhá-las em seus microespaços, para que nunca ouçam uma opinião que as ofenda ou contradiga, só faz com que elas se tornem mais fracas e amargas.

01. Considere as afirmativas abaixo.

I. Depreende-se do texto que o autor se posiciona contra os direitos de minorias como os transgêneros.

II. O entrevistado refuta a lei C-16 primordialmente com base na invalidade do fundamento desta, não no seu objetivo.

III. Segundo o autor, a lei C-16 atenta contra a liberdade de expressão e possui como única razão atender a uma agenda ideológica.

Está correto o que consta de

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I, II e III.
- e) I, apenas.

02. De acordo com as ideias de Jordan Peterson:

- a) o sexo biológico, a expressão do gênero e as preferências sexuais de uma pessoa podem variar de modo completamente independente, pois são meras construções sociais.
- b) o sexo biológico, a expressão do gênero e as preferências sexuais variam de forma dependente, são intimamente relacionados e não são construções sociais.
- c) o sexo biológico, a expressão do gênero e as preferências sexuais variam de forma dependente, são intimamente relacionados e são construções sociais em dimensão menos ampla do que se alerta.
- d) o sexo biológico, a expressão do gênero e as preferências sexuais variam de forma dependente, são intimamente relacionados e são construções sociais em dimensão mais ampla do que se alardeia.
- e) o sexo biológico, a expressão do gênero e as preferências sexuais variam de forma independente, são intimamente relacionados, mas são construções sociais em dimensão maior do que se alardeia.

03. No último parágrafo do texto, o entrevistado enfatiza

- a) o ressentimento e a fragilidade que o excesso de proteção pode causar.
- b) o direito justo e legítimo à proteção que as minorias possuem.
- c) a pressão das camadas intelectuais conservadoras que vão ao encontro da lei.
- d) a história da psicologia clínica e sua contribuição ao direito da população LGBT.
- e) os discursos nocivos que seriam evitados por meio do uso dos pronomes neutros.

04. Atente para as seguintes frases:

I. ...o canadense Jordan Peterson era um pacato professor de psicologia clínica na Universidade de Toronto, que mantinha um canal no YouTube. (1º parágrafo)

II. Até setembro de 2016, o canadense Jordan Peterson era um pacato professor... (1º parágrafo)

III. Estes fatores não apenas não variam de forma independente, como estão intimamente relacionados.. (1º parágrafo)

A supressão da vírgula altera o sentido do que está em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, apenas.

05. A locução **"tinha escrito"** (1º parágrafo) indica no texto

- a) uma ação passada posterior a outra também passada
- b) um evento contrafactual passado ocorrido anteriormente a outra ação passada já concluída.
- c) uma ação perfeitamente acabada em um passado impreciso.
- d) a anterioridade de uma ação em relação ao passado que serve de marco temporal dos eventos ora narrados.
- e) uma ação vista como duradoura em um passado já mencionado.

06. Considerando-se o contexto global, no trecho "Peterson pôs a boca no trombone" (1º parágrafo), constata-se a presença de:

- a) incoerência e linguagem figurada.
- b) retificação e informalidade.
- c) generalização e ironia.
- d) hipótese e literalidade.
- e) informalidade e linguagem figurada.

07. Atente para a seguinte construção em discurso direto:

O senhor ganhou projeção internacional ao se opor à lei que regulamenta o uso de pronomes neutros para transgêneros. Qual é o problema com a lei?

Transpondo-a para o discurso indireto na fala do entrevistador, ter-se-ia como forma adequada:

- a) O entrevistador disse que Jordan ganhara projeção internacional ao se opor à lei que regulamenta o uso de pronomes neutros para transgêneros. Então perguntou qual seria o problema com a lei?
- b) O entrevistador disse que Jordan ganhara projeção internacional ao se opor à lei que regulamenta o uso de pronomes neutros para transgêneros. Então perguntou qual seria o problema com a lei.
- c) O entrevistador disse que o autor ganharia projeção internacional ao se opor à lei que regulamenta o uso de pronomes neutros para transgêneros. Então perguntou qual seria o problema com a lei?
- d) O entrevistador disse: o senhor ganhou projeção internacional ao se opor à lei que regulamentava o uso de pronomes neutros para transgêneros. Qual era o problema com a lei?
- e) O entrevistador disse: o senhor ganhou projeção internacional ao se opor à lei que regulamentava o uso de pronomes neutros para transgêneros. Qual é seu problema?

08. Considere o trecho: "só faz com que elas **se tornem** mais fracas e amargas." (último período do texto)

A mesma classificação quanto à transitividade do verbo sublinhado acima pode ser verificada na forma destacada em:

- a) ...que mantinha um canal no youtube... (1º parágrafo)
- b) ...que tornou crime a discriminação contra transexuais (1º parágrafo)
- c) ...contra o que via como excessos da lei (1º parágrafo)
- d) Não gostei de ver aprovada uma lei... (2º parágrafo)
- e) ...em oito meses virar bestseller... (1º parágrafo)

09. Considere a construção sintática do fragmento:

...acabou com a calmaria e fez de Peterson uma espécie de popstar. (1º parágrafo)

O termo sublinhado exerce função sintática de:

- a) predicativo do objeto
- b) predicativo do sujeito
- c) objeto indireto
- d) sujeito
- e) adjunto adnominal

- 10.** O livre comentário a respeito das ideias do texto está escrito clara corretamente em:
- a) As sociedades ocidentais, antes do advento do ideário politicamente correto também utilizava a lei como instrumento de proteção aos direitos difusos.
 - b) Julgaram-se no passado que os transgêneros não poderiam escolher a forma de denominação com que se sentissem melhores tratados.
 - c) É absolutamente premente e necessário que a sociedade contemporânea busque formas de demonstrar respeito às diferenças no que tange a preferências sexuais, malgrado se argumente que o mero uso de pronomes neutros não seja exatamente o cerne da questão.
 - d) Antes do surgimento de vozes representativas na mídia de grande alcance, durante séculos, transmitiram-se culturalmente uma série de valores preconceituosos que agora mais do que nunca deseja-se refutar.
 - e) A agenda ideológica permeia discussões de interesse público onde as maiores vítimas são as minorias incompreendidas oprimidas por elites intelectuais dominantes sem empatia.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 11.** A empresa XYZ Construções S.A ingressou com pedido de informações na SEFAZ/BA, por meio do qual buscava ter acesso a dados concernentes ao pagamento de seus tributos, constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação. A SEFAZ/BA negou-se a fornecer as informações pleiteadas pelo contribuinte.
- Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:
- a) Diante da negativa da SEFAZ/BA, o contribuinte poderá impetrar habeas data, que é remédio constitucional apto à obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos administração fazendária dos entes estatais.
 - b) Diante da negativa da SEFAZ/BA, o contribuinte deverá impetrar mandado de segurança a fim de proteger o seu direito de acesso à informação.
 - c) O contribuinte poderá impetrar habeas data independente de negativa da SEFAZ/BA.
 - d) O contribuinte poderá impetrar habeas data para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação, independentemente de advogado.
 - e) O mandado de segurança é instrumento apto a proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, possuindo, portanto, caráter residual. É o instrumento cabível na situação apresentada, uma vez que pessoa jurídica não tem legitimidade para impetrar habeas data.

- 12.** Assinale a alternativa correta a respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil:
- a) Os Estados têm competência para criar, organizar e suprimir distritos, observado a Constituição Estadual.
 - b) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
 - c) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
 - d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, em qualquer hipótese.
 - e) Os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

- 13.** As despesas com pessoal ativo e inativo do Estado da Bahia extrapolaram os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Como solução imediata para o problema, o Governador determinou a exoneração dos servidores públicos estaduais que não detêm estabilidade. A respeito da situação acima, assinale a alternativa correta:
- a) O Governador agiu corretamente, uma vez que a primeira medida a ser adotada quando as despesas com pessoal ativo e inativo extrapolam os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal é a exoneração de servidores públicos não estáveis.
 - b) O Governador agiu corretamente, uma vez que ele não poderia, em qualquer hipótese exonerar servidores públicos estáveis
 - c) O Governador agiu incorretamente, uma vez que ele não poderia exonerar os servidores públicos não estáveis em virtude de excesso de despesas com pessoal.
 - d) O Governador agiu incorretamente, uma vez que, antes de exonerar os servidores públicos não estáveis, ele precisaria exonerar todos aqueles que ocupam cargo em comissão no âmbito da Administração Pública estadual.
 - e) O Governador agiu incorretamente, pois ele deveria ter reduzido em pelo menos 20% (vinte por cento) as despesas com cargos em comissão e funções de confiança antes de realizar a exoneração de servidores públicos não estáveis.

14. "A concepção da Constituição como norma jurídica suprema criou as condições necessárias para que se admitisse aos juizes a função de controlar a legitimidade constitucional das leis. Somente há supremacia da Constituição quando se extraem consequências concretas para as normas com pretensão de validade opostas à Carta – isto é, quando se pode expulsar do ordenamento jurídico a norma editada em contradição com a Lei Maior. O controle jurisdicional de constitucionalidade foi o instrumento adotado para sancionar uma plena e efetiva supremacia da Constituição".

(MÉNDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional, 10ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015, pp. 49)

A respeito do controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão de medida liminar em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) depende de decisão da maioria absoluta dos Ministros do STF. Entretanto, em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, ad referendum do Plenário.
- b) Não viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- c) A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) tem como objeto lei ou ato normativo federal ou estadual, tenham elas sido promulgadas antes ou após a Constituição Federal de 1988.
- d) O Defensor-Público Geral da União é legitimado para propor as ações do controle abstrato de constitucionalidade perante o STF.
- e) No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação da maioria absoluta de seus membros.

15. A associação Sangue Azul, por meio das redes sociais, fez uma grande convocação para que fosse realizada, no domingo, manifestação na praça pública do Município ZXY.

As autoridades municipais foram previamente avisadas, mas informaram o Presidente da Associação Sangue Azul que a manifestação não seria autorizada, uma vez que tem uma finalidade ilícita, qual seja a de defender a legalização das drogas.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o STF, a defesa da legalização das drogas em espaços públicos é incompatível com o direito de reunião e com a liberdade de expressão.
- b) Diante da negativa das autoridades municipais, a associação Sangue Azul poderá impetrar mandado de segurança, a fim de assegurar o direito líquido e certo à liberdade de reunião. O prazo decadencial para que seja impetrado o mandado de segurança é de 120 dias.
- c) O direito de reunião depende de prévio aviso à autoridade pública, podendo, inclusive, frustrar outra reunião já convocada para o mesmo local.
- d) O direito de reunião em espaços públicos é incondicionado.
- e) A negativa das autoridades municipais foi plenamente compatível com os ditames constitucionais, já que a liberdade de reunião não é absoluta, cedendo quando em conflito com outro valor socialmente mais relevante.

16. O Governador do Estado XYZ é denunciado no STJ pelo Ministério Público em virtude de, supostamente, ter favorecido a empresa WXIZ em licitação realizada pelo estado.

Tendo em vista a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Em processos envolvendo Governadores, o STJ não tem competência para aplicar medidas cautelares como, por exemplo, a determinação de afastamento do cargo.
- b) O Governador somente será processado e julgado pelo STJ após autorização da Assembleia Legislativa do Estado XYZ, uma vez que a ele são aplicadas, por simetria, as imunidades garantidas pela Constituição Federal ao Presidente da República.
- c) O STJ poderá receber a denúncia contra o Governador, independentemente de qualquer autorização da Assembleia Legislativa do Estado XYZ. O recebimento da denúncia implicará no imediato afastamento do Governador, que só retornará após a conclusão do julgamento.
- d) O Estado XYZ não pode instituir norma que condicione a instauração de ação penal contra o Governador à prévia autorização da Assembleia Legislativa.
- e) O Governador deverá ser processado e julgado pela prática de crime comum perante o STF, após autorização da Assembleia Legislativa do Estado XYZ.

17. Carlos Almeida é eleito Presidente da República para o mandato de 2019 a 2022, tendo como Vice-Presidente André Silveira. Em 2020, Carlos Almeida é condenado por crime de responsabilidade, perdendo o seu cargo público. Em 2021, André Silveira vem a falecer.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Em virtude da morte de André Silveira, assumirá a Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, que irá completar o mandato.
- b) Embora tenha sido condenado por crime de responsabilidade, é possível que Carlos Almeida não perca o cargo de Presidente da República, tampouco se torne inelegível.
- c) A condenação por crime de responsabilidade resulta na perda do cargo com inabilitação, por 8 (oito) anos, para o exercício de função pública.
- d) Em virtude do falecimento de André Silveira, serão convocadas eleições diretas, que deverão ocorrer dentro de 90 dias após a vacância do cargo.
- e) Após a condenação de Carlos Almeida, o Presidente da Câmara dos Deputados tornar-se-á o Vice-Presidente da República, assumindo a Presidência André Silveira.

18. Alberto é servidor público ocupante de cargo efetivo na Secretaria Estadual da Fazenda da Bahia. Em 2018, por ter cumprido os requisitos constitucionais, Alberto se aposenta voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. Após sua aposentadoria, Alberto recebe convite para ocupar cargo em comissão na Secretaria Estadual de Direitos Humanos, do estado da Bahia.

Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Alberto não poderá ser nomeado para cargo em comissão, em virtude de impedimento constitucional à acumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração de outro cargo público.
- b) Alberto poderá ser nomeado para ocupar o cargo em comissão, mas não poderá acumular a remuneração desse cargo com os proventos de aposentadoria.
- c) A nomeação de Alberto para cargo em comissão somente poderá ocorrer após 3 anos de sua aposentadoria.
- d) Alberto poderá ser nomeado para ocupar o cargo em comissão, sendo possível a acumulação da remuneração desse cargo com os proventos de aposentadoria.
- e) Alberto só poderia ser nomeado para ocupar cargo em comissão caso tivesse se aposentado compulsoriamente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

19. Os atos administrativos constituem o meio de manifestação da vontade estatal. Sobre este tema, marque a alternativa correta.

- a) O silêncio administrativo, mesmo que não produza efeitos jurídicos, é considerado um ato administrativo, uma vez que comporta todos os elementos de formação de um ato administrativo.
- b) O fato administrativo, quando constitui uma manifestação material da administração, poderá produzir efeitos jurídicos, ainda que não seja esta a sua finalidade primária.
- c) Os meros atos administrativos constituem ato administrativo em seu sentido típico, uma vez que produzem efeitos jurídicos diretos e imediatos.
- d) Os atos normativos são espécies do gênero atos da administração, uma vez que produzem efeitos jurídicos diretos e imediatos, desde a sua edição.
- e) Os atos administrativos e os atos da administração possuem o mesmo significado, ou seja, ambos são atos exclusivamente oriundos do Estado e que produzem efeitos jurídicos imediatos.

20. O Secretário Estadual da Segurança Pública do Estado da Bahia deseja realizar a aquisição de armamento pesado, de calibre restrito, para a utilização pelos policiais militares em operações de natureza especial. O tipo de armamento que ele deseja adquirir é fabricado por diferentes marcas e é utilizado nas mais modernas corporações policiais do mundo. Além disso, ao longo do ano, foram desenvolvidos protocolos e padrões com especificações, requisitos de fabricação, testes de segurança e utilização desses armamentos.

Considerando o regime jurídico aplicável às licitações e contratações públicas, a referida contratação:

- a) poderá ocorrer mediante dispensa de licitação, uma vez que a legislação expressamente dispensa o procedimento licitatório para aquisição de armamentos pelos órgãos de segurança pública.
- b) dependerá de licitação pública, necessariamente na modalidade concorrência, uma vez que a aquisição de equipamentos modernos exige ampla competitividade e publicidade.
- c) ocorrerá por inexigibilidade de licitação, uma vez que a aquisição de armamento de calibre restrito não comporta procedimento competitivo.
- d) deverá adotar preferencialmente a modalidade pregão, uma vez que o armamento, ainda que de uso restrito, poderá ser descrito de forma objetiva no instrumento convocatório, uma vez que existem padrões de especificações que permitem a definição do material.
- e) dependerá de licitação, na modalidade tomada de preços, uma vez que os potenciais licitantes são de origem estrangeira, motivo pelo qual os preços devem ser tomados no exterior para a definição da proposta vencedora.

21. O Governador do Estado da Bahia precisa escolher um novo membro para a diretoria de uma empresa estatal. Para tanto, os seus assessores selecionaram três cidadãos, todos dotados de reputação ilibada e notórios conhecimentos no setor de atuação da estatal.

Lauro exerce cargo em organização sindical e tem experiência de oito anos em gestão de empresas no setor correspondente ao de sua atuação. Ana é filiada a partido político e tem doze anos de experiência na direção de empresas, públicas e privadas, na área de atuação da entidade estatal e em atividade conexa com a diretoria que iria exercer. Maria é deputada federal em exercício e não se enquadra em nenhuma hipótese de inelegibilidade.

Considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, conhecida como Lei das Estatais, marque a opção correta:

- a) Lauro poderá ocupar o cargo de direção, desde que, adicionalmente, tenha formação acadêmica compatível com o cargo e não se enquadre em hipótese de inelegibilidade.
- b) Todos poderão ocupar o cargo, desde que preencham os demais requisitos legais, uma vez que se trata de cargo de livre indicação do Governador.
- c) Maria poderá ocupar o cargo, desde que, adicionalmente, licencie-se temporariamente do mandato e tenha formação acadêmica compatível com a sua área de atuação.
- d) Nenhum deles poderá ocupar o cargo, uma vez que a Lei das Estatais limitou a indicação para os cargos de direção em empresas estatais apenas aos empregados públicos concursados.
- e) Ana poderá ocupar o cargo de direção, desde que, adicionalmente, tenha formação acadêmica compatível com o cargo e não se enquadre em hipótese de inelegibilidade.

22. Os poderes administrativos são as prerrogativas que os agentes públicos gozam para que possam defender os interesses da coletividade. Sobre este tema, o poder de polícia:

- a) poderá ser delegado, quanto aos aspectos de fiscalização e de sanção, às autarquias.
- b) é indelegável em todos os seus aspectos às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
- c) é passível de delegação, quanto ao aspecto de consentimento, às empresas privadas.
- d) originário é aquele prestado pelas entidades políticas e administrativas.
- e) é remunerado mediante a cobrança de taxa de polícia, mas apenas quando o órgão realizar fiscalizações in loco.

23. Considerando as disposições da Lei Estadual nº 12.209/2011 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF, marque a alternativa correta.

- a) O STF reconheceu que a falta de defesa técnica por advogado, em processo administrativo disciplinar, não ofende a Constituição Federal.
- b) Segundo o STF, admite-se exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo, desde que previsto em lei.
- c) Em virtude do formalismo dos processos administrativos, os atos processuais são rígidos, exigindo sempre forma determinada e específica.
- d) A notificação é condição de validade do processo administrativo, sendo que a sua falta enseja a nulidade do processo, mesmo que o interessado compareça espontaneamente para exercer os seus direitos.
- e) Quando realizada por edital, a notificação será considerada realizada na data da publicação no órgão oficial.

24. O Governador do Estado deseja aumentar os investimentos em infraestrutura. Para tanto, solicitou aos seus auxiliares imediatos propostas e soluções para viabilizar os projetos de infraestrutura. Uma das propostas considerou a realização de contratos de parceria público-privadas, combinando os investimentos privados com aportes do poder público.

Entre outros aspectos, foram levantadas as seguintes sugestões para o contrato: (i) o valor seria estimado em cerca de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (ii) 80% da remuneração do parceiro privado seria custeada pela administração pública, cabendo aos usuários do serviço o pagamento do valor restante; (iii) a contratação seria realizada mediante licitação pública.

Considerando a situação hipotética acima e tendo como referência a Lei nº 11.079/2004 (Lei das Parcerias Público-Privadas), marque a alternativa correta:

- a) O contrato de concessão não poderá ser firmado, uma vez que são vedados contratos dessa natureza de valor inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- b) A modalidade de licitação poderá ser a concorrência ou a tomada de preços, já que os valores previstos na Lei de Licitações não se aplicam a este tipo de contratação.
- c) Para efetivar a contribuição de 80% da remuneração do parceiro privado, o poder público deverá obter autorização legislativa específica.
- d) As características indicadas acima indicam que se trata de uma concessão administrativa, que consiste no pagamento das tarifas pelo usuário e, adicionalmente, uma contraprestação paga pelo poder público.
- e) A contratação poderá ocorrer sem licitação pública, já que a formação de parcerias entre a administração e a iniciativa privada, para a realização de investimentos em infraestrutura, constitui hipótese de dispensa de licitação.

25. João cometeu infração administrativa e, após o devido processo disciplinar, foi-lhe aplicada a sanção correspondente. Comprovou-se também que a conduta de João gerou dano ao erário, motivo pelo qual a procuradoria competente moveu uma ação judicial para cobrar os valores relativos ao prejuízo.

Sobre a situação hipotética acima e considerando as disposições constantes na Lei Estadual nº 6.677, de 1994, marque a opção correta.

- a) a conduta de João poderá culminar com a pena de suspensão, até o limite de 120 dias, exigindo-se, para tanto, a observância do contraditório e da ampla defesa.
- b) se a conduta de João configurar lesão aos cofres públicos ou corrupção, ele estará sujeito à aplicação da pena de demissão, sem prejuízo da imposição do dever de indenizar o dano e da instauração da persecução penal, para apuração de eventual crime contra a administração pública.
- c) se for demitido por ter cometido crime contra a administração pública, João poderá assumir novo cargo na administração estadual, após o prazo de três anos, desde que tenha sido aprovado em novo concurso público.
- d) se a conduta for passível de imposição da pena de demissão, a ação disciplinar estará prescrita se já decorrido o prazo de cinco anos, desde o cometimento do ato.
- e) se João realizar o ressarcimento integral do dano, no processo judicial, ele não poderá ser responsabilizado administrativamente pela mesma conduta, em virtude de vedação constitucional ao bis in idem.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26. Conforme prevê o art. 106, do CTN, a lei tributária nova aplica-se ao ato ou fato pretérito:

I. não definitivamente julgado, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo.

II. em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.

III. não definitivamente julgado, quando passe a defini-lo como infração.

Assinale a alternativa correta:

- a) se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- b) se apenas o item III estiver correto.
- c) se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- d) se apenas os itens I e III estiverem corretos.
- e) se todos os itens estiverem corretos.

27. Assinale a alternativa correta, em relação à extinção do crédito tributário.

- a) Extinguir o crédito tributário tem por consectário a satisfação da obrigação tributária principal.
- b) A dação em pagamento em bem móveis pode extinguir o crédito tributário.
- c) Ato do Poder Executivo pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário.
- d) A conversão do depósito em renda em favor da Fazenda Pública extingue o crédito tributário.
- e) Em regra, para tributos lançados originariamente de ofício, o prazo decadencial é contado a partir da data do fato gerador da obrigação tributária.

28. Assinale a alternativa que não apresenta hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- a) Adesão, por parte do contribuinte, a parcelamento.
- b) Recurso interposto no âmbito administrativo.
- c) Depósito de montante integral para garantia do juízo.
- d) Concessão de antecipação de tutela em ação judicial.
- e) Compensação.

29. Julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O princípio da legalidade é regra geral em relação à instituição ou majoração/redução de tributos, exceto apenas no que diz respeito à atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
- () Veda-se aos entes federativos instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, admitida distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
- () Decreto do Presidente da República editado em 20/05/2019, majorando as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados, pode produzir efeitos sobre fatos geradores ocorridos dentro do exercício de 2019.

Julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- a) V, F, F
- b) F, F, F
- c) V, V, F
- d) F, V, V
- e) F, F, V

30. São responsáveis, exceto:

- a) O adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- b) O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
- c) O espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.
- d) Os adquirentes de bens imóveis, em relação aos impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- e) O arrematante de bens imóveis em hasta pública.

31. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- a) princípios gerais de direito tributário / princípios gerais de direito público / analogia / equidade.
- b) analogia / princípios gerais de direito tributário / princípios gerais de direito público / equidade.
- c) analogia / equidade / princípios gerais de direito tributário / princípios gerais de direito público.
- d) equidade / analogia / princípios gerais de direito tributário / princípios gerais de direito público.
- e) princípios gerais de direito público / princípios gerais de direito tributário / analogia / equidade.

32. Acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue a afirmativa correta:

- a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- b) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis inferiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
- c) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- d) De acordo com o STF, a imunidade tributária relativa aos livros, jornais e periódicos não se estende aos livros digitais (e-books).
- e) A imunidade representa a retirada da capacidade tributária ativa da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não havendo que se falar em delimitação negativa da competência tributária.

33. Assinale a única alternativa que não completa o enunciado, nos termos da Constituição Federal.

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre:

- a) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- b) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- c) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros salvo os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.
- d) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- e) templos de qualquer culto.

34. Acerca das disposições contidas no Código Tributário Nacional acerca do tema "Lançamento", aponte a alternativa correta:

- a) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo ou quando contenha erro material.
- b) A revisão de ofício do lançamento por iniciativa da autoridade administrativa pode ocorrer a qualquer tempo, desde que seja motivada.
- c) O lançamento é de competência da autoridade administrativa, podendo, nos tributos sujeitos ao lançamento por declaração, ser realizado pelo sujeito passivo da obrigação tributária.
- d) O lançamento tem como uma de suas vertentes a declaração da obrigação tributária nascida com a ocorrência do fato gerador.
- e) O lançamento pode ser entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo, não podendo compreender em seu bojo a penalidade pecuniária.

35. Acerca das disposições contidas no Código Tributário Nacional acerca do tema "Obrigação Tributária", aponte a alternativa correta:

- a) A inobservância da obrigação tributária acessória faz surgir a obrigação principal, relativamente à penalidade pecuniária.
- b) Dado que o tributo se caracteriza como uma obrigação pecuniária, a obrigação tributária possui necessariamente caráter pecuniário.
- c) O fato de certa pessoa figurar como sujeito passivo de uma obrigação tributária principal implica dizer que esta pessoa possui a obrigação de pagar determinado valor a título de tributo.
- d) Assim como ocorre na seara do Direito Civil, em Direito Tributário, a obrigação tributária acessória depende da obrigação principal.
- e) O lançamento tem como finalidade fazer surgir a obrigação tributária principal.

36. Assinale a única alternativa errada:

- a) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- b) Prescreve em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.
- c) É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- d) De acordo com a jurisprudência do STJ, o depósito do montante integral deve ser realizado em dinheiro.
- e) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

37. Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que indica quantas delas estão corretas.

De acordo com o Código Tributário Nacional, não é vedada a divulgação de informações relativas a:

- I** – representações fiscais para fins penais;
- II** - parcelamento;
- III** – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;
- IV** – moratória.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Um item está correto.
- c) Dois itens estão corretos.
- d) Três itens estão corretos.
- e) Quatro itens estão corretos.

38. Com relação às garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) Somente o Código Tributário Nacional pode dispor sobre as garantias relativas ao crédito tributário.
- b) A natureza da garantia atribuída ao crédito tributário altera a sua natureza, mas não a da obrigação tributária a que corresponda.
- c) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
- d) Na falência, o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais, mas não às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
- e) Não obstante dispor o crédito tributário de várias garantias e privilégios conferidos pelo Código Tributário Nacional, a cobrança judicial do crédito tributário se sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

39. O Auditor-Fiscal José Roberto, em procedimento fiscal, constatou que determinada pessoa jurídica não entregou declaração de apresentação obrigatória. Detectou também que a pessoa jurídica deixou de apurar o valor do tributo devido e recolhê-lo ao Fisco, obrigação que lhe cabia antes de qualquer exame por parte da autoridade administrativa. Com base na situação hipotética, aponte a alternativa que apresenta uma assertiva correta, de acordo com o Código Tributário Nacional:

- a) Pode-se dizer que houve apenas descumprimento de obrigação acessória.
- b) A pessoa jurídica se submeterá ao lançamento de ofício, em relação à parcela não declarada.
- c) Cientificado o sujeito passivo da lavratura do auto de infração, o lançamento não pode sofrer alteração, salvo a anulação pelo Poder Judiciário.
- d) Pode-se afirmar que este tributo cujo recolhimento não foi realizado tempestivamente é lançado originariamente por declaração.
- e) Se o procedimento fiscal for instaurado após 5 anos da ocorrência do fato gerador, pode-se assegurar que o direito da Fazenda Pública foi atingido pela decadência.

40. No tocante à competência tributária e à capacidade tributária ativa, considerando o que prevê a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional, aponte a alternativa correta:

- a) Não é possível haver inovação do sujeito ativo da obrigação tributária, já que a competência tributária é definida na Constituição Federal.
- b) Territórios federais são competentes para instituir tributos municipais.
- c) O sujeito ativo indireto é aquele que, não possuindo a competência tributária para instituir o tributo, dispõe de capacidade tributária ativa.
- d) Sujeito passivo direto é a pessoa que deve pagar o tributo ou penalidade pecuniária, e sujeito passivo indireto é aquela que deve cumprir com as obrigações de fazer ou deixar de fazer algo.
- e) A capacidade tributária ativa é indelegável.

CONTABILIDADE GERAL

41. A Cia. Boni & Lara apresentava, em 31/12/20x1, os seguintes saldos em algumas contas contábeis, com valores em reais:

ADAPTADA	
Compras de mercadorias	18.000
Estoque inicial de mercadorias	35.000
Receita de vendas	63.000
Devolução de vendas	4.500
Estoque final de mercadorias	20.500
Comissões de vendas	7.000
Devolução de compras	3.000
Despesas financeiras	2.000
Impostos sobre vendas	9.000
Frete sobre vendas	3.000

Com base nestas informações, o custo das mercadorias vendidas e o lucro bruto foram, respectivamente, em reais,

- a) 25.500,00 e 18.000,00.
- b) 25.500,00 e 25.000,00.
- c) 29.500,00 e 20.000,00.
- d) 29.500,00 e 18.000,00.
- e) 25.500,00 e 20.000,00.

42. Em 31/12/20X0 a Cia. Flora apresentava os seguintes saldos para as contas componentes do seu Patrimônio Líquido:

– Capital Social	R\$ 500.000,00
– Reservas de Capital	R\$ 50.000,00
– Reservas de Lucros	R\$ 300.000,00
– Ações em Tesouraria	R\$ 100.000,00

Durante o ano de 20X1 ocorreram os seguintes fatos relacionados com a empresa:

1. Apurou Lucro Líquido de R\$ 180.000,00.
2. Recebeu em doação um terreno no valor de R\$ 60.000,00, com restrições a serem cumpridas pela empresa.
3. Distribuiu dividendos no valor de R\$ 45.000,00.
4. Constituiu Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 30.000,00.
5. Vendeu todas as Ações em Tesouraria por R\$ 200.000,00.

Após o registro destas transações, o Patrimônio Líquido da Cia. Flora era, em reais,

- (A) 1.085.000,00.
- (B) 1.065.000,00.
- (C) 1.105.000,00.
- (D) 1.005.000,00.
- (E) 930.000,00.

43. A empresa comercial Sopa & Pão S.A. apresentou as seguintes informações referentes ao ano de 20X1, com os valores expressos em reais:

Receita Bruta de Vendas	2.000.000
(-) Impostos sobre Vendas	- 360.000
(=) Receita Líquida	1.640.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	- 765.000
(=) Lucro Bruto	875.000
(-) Despesa de Depreciação	- 80.000
(-) Despesa com Salários	- 40.000
(+) Receita Financeira .	15.000
(=) Lucro antes do IR e CSLL .	770.000
(-) IR e CSLL .	- 115.000
(=) Lucro Líquido .	655.000

O valor dos tributos recuperáveis referentes aos produtos comercializados no ano de 20X1 foi R\$ 110.000,00. Com base nessas informações, o Valor Adicionado a Distribuir gerado pela empresa comercial Sopa & Pão S.A. no ano de 20X1 foi, em reais,

- (A) 1.195.000,00
- (B) 1.150.000,00
- (C) 1.085.000,00
- (D) 1.070.000,00
- (E) 1.060.000,00

44. Em 30/6/2018, a Cia. Sengrana obteve um empréstimo no valor de R\$ 5.000.000,00 com as seguintes características:

- Prazo total: 4 anos.
- Taxa de juros compostos: 6,0 % ao semestre.
- Pagamentos: parcelas iguais e semestrais no valor de R\$ 805.180,00 cada.

Para a obtenção do empréstimo a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 370.000,00 e a taxa de custo efetivo foi 8,0% ao semestre. O valor total dos encargos financeiros reconhecidos no resultado de 2018, decorrente do empréstimo obtido, foi, em reais,

- (A) 370.400,00.
 (B) 326.400,00.
 (C) 268.400,00.
 (D) 275.400,00.
 (E) 180.400,00.

45. Considerando os dados da questão acima, indique o valor que a Cia Sengrana irá apresentar em seu passivo, em 31/12/2018.

- A) 5.300.000,00
 B) 4.494.820,00
 C) 4.630.000,00
 D) 4.195.220,00
 E) 3.725.657,60

46. Em 31/12/2017, a Cia. Santa Paula adquiriu 40% de participação na Cia. São Paulo pelo valor de R\$ 2.000.000,00, passando a ter "influência significativa". O patrimônio líquido da Cia. São João era composto apenas pelo Capital Social, formado por 2.000 ações ordinárias.

No período de 01/01/2018 a 30/06/2018, a Cia. São João reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido do primeiro semestre de 2018: R\$ 800.000,00.
- Distribuição de dividendos: R\$ 200.000,00.
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 100.000,00 (devedor).

O valor reconhecido na Demonstração do Resultado da Cia. Santa Joana, no primeiro semestre de 2018, referente ao Investimento na Cia. São João foi, em reais,

- (A) 210.000,00.
 (B) 240.000,00.
 (C) 320.000,00.
 (D) 360.000,00.
 (E) 380.000,00.

47. A tabela a seguir apresenta as aplicações financeiras realizadas pela Cia. Invest-tudo no dia 1/7/2018, onde são encontradas as características de cada aplicação e a forma de mensuração definida pela empresa para cada uma delas:

Valor Aplicado (R\$)	Data de Vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros compostos	Valor Justo em 31/07/2018 (R\$)
300.000,00	30/4/2020	Mensuração ao custo amortizado	2,0% a.m.	310.000,00
250.000,00	31/7/2021	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes	2% a.m.	257.000,00
150.000,00	31/12/2022	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1% a. m.	152.000,00

O valor total dessas aplicações apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Invest-tudo, em 31/7/2018, foi, em reais,

- (A) 712.500,00.
 (B) 715.000,00.
 (C) 717.000,00.
 (D) 719.00,00.
 (E) 730.000,00.

48. A Cia. Dabliú tinha registrado, em 31/12/17, um ativo intangível com vida útil indefinida (marca X), cujo valor contábil de R\$ 520.000,00 era composto por: Custo de aquisição R\$ 650.000,00. Perda por desvalorização (reconhecida em 2016) R\$ 130.000,00.

Nesta data, antes de elaborar as demonstrações contábeis, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso R\$ 580.000,00.
 Valor justo líquido de despesas de venda R\$ 600.000,00.

Com base nas informações acima, a Cia. Dabliú, em 31/12/17,

- (A) reconheceu um ganho no valor de R\$ 100.000,00.
 (B) não fez nenhum registro contábil.
 (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 80.000,00.
 (D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 40.000,00.
 (E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 180.000,00.

49. Uma empresa alugou um equipamento industrial, obtendo o direito de uso por um período de 8 anos. O contrato foi realizado em 31/12/2018, e a empresa pagará 8 parcelas anuais de R\$ 837.339,00, vencendo-se a primeira parcela em 31/12/2019. O valor presente das parcelas do contrato, na data de início do arrendamento, era R\$ 5.000.000,00 e foi calculado com a taxa implícita de juros do contrato que era 7% ao ano.

No final do prazo do contrato o equipamento será devolvido para o arrendador. Sabendo-se que a empresa estimou a vida útil para o equipamento em 10 anos, a despesa total reconhecida na Demonstração do Resultado de 2019, decorrente da operação de arrendamento realizada foi, em reais,

- A) 802.403,29.
 B) 850.000,00.
 C) 862.000,00.
 D) 975.000,00.
 E) 990.000,00.

- 50.** A empresa Coruja S.A., ao adquirir mercadorias para o carnaval de 2017, incorreu nos seguintes gastos:
- Mercadorias: R\$ 130.000,00 (valor líquido de tributos)
- Frete sobre compras: R\$ 3.000,00 (valor líquido de tributos)
- Seguro: R\$ 2.000,00 (transporte das mercadorias até a empresa)
- ICMS: R\$ 20.000,00
- IPI: R\$ 10.000,00
- Sabe-se que a empresa é contribuinte do ICMS, mas não é contribuinte do IPI. Com base nestas informações, o valor reconhecido como Estoques foi, em reais,
- A) 135.000,00.
B) 123.000,00.
C) 125.000,00.
D) 145.000,00.
E) 155.000,00.

ESTATÍSTICA

- 51.** Um intervalo de confiança com um nível de $(1-\alpha)$ foi construído para a média μ_1 de uma população P_1 , normalmente distribuída, de tamanho infinito e variância populacional igual a 196. Por meio de uma amostra aleatória de tamanho 49 obteve-se esse intervalo igual a $[35,3; 43,5]$. Seja uma outra população P_2 , também normalmente distribuída, de tamanho infinito e independente da primeira. Sabe-se que a variância de P_2 é conhecida e que por meio de uma amostra aleatória de tamanho 36 de P_2 obteve-se um intervalo de confiança com um nível de $(1 - \alpha)$ para a média μ_2 de P_2 igual a $[81,64; 97,22]$. O desvio padrão de P_2 é igual a
- a) 22,80.
b) 23,80.
c) 24,80.
d) 25,80.
e) 26,80.
- 52.** Suponha que o número de emails, por hora, que o professor Guilherme Neves recebe tem distribuição de Poisson com média de λ dúvidas por hora. Suponha que a probabilidade de chegarem 3 e-mails em uma hora é o dobro da probabilidade de chegarem 4 e-mails em uma hora. Nessas condições, a probabilidade de chegarem mais de 1 e-mail em um período de duas horas é igual a:
- Dado:**
- $e^{-4}=0,018$
- a) 90%
b) 91%
c) 92%
d) 93%
e) 94%

- 53.** Seja X a variável que representa o comprimento de uma peça produzida em uma fábrica. Sabe-se que X tem distribuição normal com média 30 cm e variância 9 cm². Toda peça cujo comprimento se distanciar da média por menos do que 2,52 cm é considerada boa. Quatro peças são selecionadas aleatoriamente e com reposição da distribuição de X . A probabilidade de exatamente duas serem boas é igual a

Dados:

Se Z tem distribuição normal padrão:

$$P(Z < 0,84) = 0,8$$

$$P(Z < 1) = 0,841$$

$$P(Z < 1,96) = 0,975$$

- a) 0,0256
b) 0,0576
c) 0,1296
d) 0,1536
e) 0,3456

- 54.** Considere X como sendo a duração do tempo de voo entre Recife e Salvador. Sabe-se que X é uma variável aleatória contínua uniformemente distribuída no intervalo de 70 a 100 minutos. A variância (em minutos²) de X é:

- a) 30
b) 65
c) 75
d) 85
e) 170

- 55.** Durante 50 dias, foi registrado o número de alunos atendidos por dia por uma atendente do Estratégia. A tabela abaixo representa os dados observados sendo que não foram fornecidas as quantidades de dias em que foram atendidos dois alunos por dia e três alunos por dia, indicadas na tabela por x e y , respectivamente.

Número de alunos atendidos por dia	Quantidade de dias
1	10
2	x
3	y
4	8
5	5
Total	50

Sabendo-se que a mediana correspondente foi igual 2,5, tem-se que a diferença absoluta entre a moda e a média aritmética (número de alunos atendidos por dia) foi igual a

- a) 0,46
b) 0,56
c) 0,66
d) 0,76
e) 0,86

56. Uma população é formada por 50 números estritamente positivos x_i com $1 \leq i \leq 50$, ou seja, $\{x_1, x_2, x_3, \dots, x_{50}\}$, em que x_i representa a renda familiar anual da família i , em milhares de reais.

Dados:

$$\sum_{i=1}^{50} x_i = 3.200 \text{ mil reais e } \sum_{i=1}^{50} x_i^2 = 206.600 (\text{mil reais})^2$$

O coeficiente de variação desta população é igual a:

- a) 1/16
- b) 1/32
- c) 5/16
- d) 3/32
- e) 5/32

57. O processo de produção de uma fábrica de computadores está apresentando um grande número de computadores defeituosos, ou seja, computadores com telas trincadas. Heber e Ricardo estão realizando um estudo para analisar a quantidade de computadores com telas trincadas. Heber embala em uma caixa 8 computadores, dos quais 3 estão com a tela trincada. Ricardo retira, aleatoriamente, e sem reposição, 4 computadores da caixa. Então, a probabilidade de Ricardo retirar, exatamente, dois computadores com telas trincadas é igual a:

- a) 3/5
- b) 12
- c) 3/7
- d) 2/5
- e) 2/7

NOÇÕES DE IGUALDADE RACIAL E GÊNERO

58. No que tange ao Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se desigualdade racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
- b) Considera-se desigualdade de gênero e de raça toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- c) Considera-se como ações afirmativas as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais.
- d) Considera-se políticas públicas os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.
- e) Considera-se desigualdade de gênero e raça a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

59. Quanto aos crimes previstos na Lei nº 7.716/89, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de incitação ao preconceito e à discriminação prevê pena de detenção de um a três anos e multa.
- b) Está incluso no tipo penal de incitação ao preconceito e à discriminação a conduta de fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo, cuja pena de reclusão pode variar de três a cinco anos e multa.
- c) Configura crime de preconceito de raça negar o holocausto para fins de divulgação do nazismo.
- d) Se o crime de incitação ao preconceito e à discriminação for cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza, poderá o juiz determinar, com oitiva prévia ou mediante pedido do Ministério Público, ainda antes do inquérito policial, a cessação das respectivas transmissões.
- e) Configura crime de preconceito de raça ou cor impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social, cuja pena de reclusão varia de um a três anos e multa.

60. Tendo em vista as previsões da Lei nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, assinale a alternativa correta.

- a) Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto.
- b) É forma de violência contra a mulher a violência moral entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento.
- c) O juiz determinará, pelo prazo de 90 dias, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.
- d) É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - obrigatoriamente do sexo feminino - previamente capacitados.
- e) As medidas protetivas de urgência somente poderão ser concedidas a requerimento da ofendida.

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE